

Umberto Eco, *AS FORMAS DO CONTEÚDO*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1974, tradução de Pérola de Carvalho.

Procurando complementar as questões suscitadas em *A Estrutura Ausente*, *As Formas do Conteúdo* desenvolvem o lado da Semiótica relativo ao sentido. Se sua finalidade é a de encontrar um código semântico global que justifique uma Semântica Estrutural, o decorrer da pesquisa vai colocar em instabilidade o termo 'estrutural'. Observe-se que as decorrências deste fato, indiretamente se insinuam no título em plural. Em todo o caso, embora presente, a estrutura semântica será sempre móvel e passível de modificação.

Toda a primeira parte do estudo — “O Limiar Semiótico”, “O Percurso do Sentido” e “Semântica da Metáfora” — desbasta caminho para a aplicação dos resultados em “Para Uma Semântica dos Signos Arquitetônicos”, assenta terreno para o desenvolvimento de uma “Semiótica das Ideologias” e se demonstra em forma de fábula em “Geração de Mensagens Estéticas Numa Língua Edênica”. Aqui, as conclusões obtidas socorrem, hipoteticamente, Adão e Eva na manipulação estética e no descobrimento do código.

Dois polos nevrálgicos acionam o pensamento teórico de Eco: um representado pelo referente e outro pelas unidades culturais; e é certo que a pesquisa travará uma luta permanente para excluir o referente do seio do campo semiótico ou para absorvê-lo.

Se o mundo das coisas está revestido pelo universo dos sentidos, é urgente estabelecer o papel que o referente desempenha no universo das nomeações. Sabendo que, na vida da cultura, o referente só adquire existência a partir da convenção, não se torna embaraçoso defini-lo como unidade cultural. Para dar um único exemplo, somente para os lógicos “estrela da manhã” e “estrela da tarde” têm um único referente: para a Semiótica — cujo objeto é estudar principalmente aquilo que a cultura considera verdadeiro — trata-se de duas entidades distintas, de duas unidades culturais diferentes, através das quais circula aquele dado abstrato que é o referente.

Eco pode afirmar que na maioria dos processos que envolvem o referente, a descodificação se dá por meio de experiências já culturalizadas, mas conclui que é impossível estabelecer uma teoria geral dos referentes enquanto “settings”. De fato, a mensagem sofre um enorme impacto frente à circunstância de comunicação, mas esta dificuldade, longe de se impor como

um percalço, constitui um atestado de “saúde” para a vida da Semiótica, que, em nome do rigor, pode inserir no seu corpo — como o fazem outras ciências — os princípios de complementariedade e de indeterminação.

Se, primeiramente, o referente deve ser diluído no universo semiótico, tornando-se unidade cultural, num estágio posterior, a sua existência como “setting”, e como tal, inalcançável para a catalogação, provê de fertilidade e dinâmica a vida das mensagens. Rechaçado e abençoado, o referente desempenha uma função bastante “dialética”, apesar da disposição “imperialista” da pesquisa semiótica.

Visto que as unidades culturais compreendem o sustentáculo da Semiótica, resta considerar que, pelo fato de veicularem sentidos, elas se perfazem como unidades semânticas. Desta forma, o significado passa a ser entendido como unidade cultural: significante e significado incorporam o signo, e, para este, a única garantia de validade na ausência do intérprete é oferecida pelo interpretante. “O interpretante é o significado de um significante, entendido na sua natureza de unidade cultural, ostentada através de outro significante para mostrar sua independência (como unidade cultural) em relação ao primeiro significante” (p.19)

O conceito de interpretante permite concluir que toda entidade cultural pode se tornar diferentemente significante e significado, supondo, em decorrência, a possibilidade de um movimento sempre perpétuo desencadeado no interior dos signos pelo interpretante: o processo de “semiose ilimitada”.

À luz destas novas propostas, e valendo-se da análise componencial — que considera unidade lexicômica tudo o que possui significado diferencial — Eco vai averiguar as categorias “denotação” e “conotação” através de

Um lexema só produz expressões dotadas de sentido na medida em que obtém componentes conotativas, ou seja, quando se insere no sintagma. Dada a dificuldade de definição do denotatum de um lexema isolado — pois que como posição no campo semântico, o lexema é puro paradigma — Eco conclui que a denotação seria a valência semântica do lexema num dado campo. O lexema pode denotar, quando muito, uma posição ou função, e assim, o caso difícil dos “sincategoremáticos” é resolvido definitivamente por meio desta operação.

O conotação, por outro lado, insufla vida ao lexema que, transfigurado em semema, se torna dinâmico e praticável. Graças a ela, o processo de semiose faz jorrar toda a sequência de interpretantes, amalgamando e remetendo esta unidade cultural a outras mais longínguas. Entretanto, a conotação fixa é extremamente perigosa porque é a responsável pela ideologia como falsa consciência. (Em “Semiótica das Ideologias”, Eco adverte que a

conotação fixa “nos impede de ver os vários sistemas semânticos na totalidade da mútua relação deles”, mascarando todas as suas implicações.)

Eco pode, agora, definir mais amplamente o significado, considerando-o como a classe em todos os sentidos de um semema, como o conjunto de sua denotação e das suas conotações. Entretanto, os percalços para o encontro do sentido mal começaram.

Se bem que abertos muitos caminhos para estabelecer qual significado um significante conota um texto, o sentido ou significação da mensagem será resultante de uma escolha que compreende um percurso seletivo. O sentido constitui “a escolha binária que o destinatário da frase (e o remetente quando pensava em como ela devia ser interpretada) realiza entre as diferentes ramificações componenciais dos lexemas” (p. 52).

Se se trata de uma escolha binária, é preciso levar em conta — para conhecer os mecanismos de descodificação da mensagem — a “competence” do emissor e receptor. A “competence” constitui um sistema sintático de unidades significantes, eixos semânticos e cadeias de conotações, intersectados pelos possíveis componentes de um lexema isolado e pela sua capacidade de conectar-se com outros lexemas. De maneira que, estabelecer uma “competence” implica a urgente concepção de um código semântico global.

Eco rastreia esse código através do “Modelo Quillian”, cujo mecanismo, extremamente complexo, se baseia no processo de semiose ilimitada. Trata-se de “uma rede polidimensional, dotada de propriedades topológicas, onde os percursos se encurtam e se alongam, e cada termo adquire vizinhança com outros, através de atalhos e contatos imediatos, permanecendo, nesse ínterim, ligado a todos os demais, segundo relações sempre mutáveis” (p. 58).

Porém, a finalidade de Eco — e da Semiótica — é a de encontrar um modelo semiótico que explique conotações *convencionalmente* atribuídas a um lexema, a fim de estabelecer as diretrizes da descodificação. Inversamente, o “Modelo Quillian” somente oferece um código de criatividade linguística. Entretanto, se as conotações *podem mudar* quando novas mensagens são emitidas, a única conclusão viável que Eco pode retirar é a de que o código *não é* uma condição natural do universo semiótico global e nem mesmo “uma estrutura subjacente, de modo estável, ao complexo de liames e ramificações que constitui o funcionamento de toda associação signica” (p. 64).

Resta, portanto, à Semiótica, pesquisar e individuar as estruturas associadas, crendo na existência de uma estrutura global permanente, sem esquecer que tal estrutura não passa nunca de uma hipótese reguladora e de uma condição metodológica.

Deste modo, a mensagem, que se apresentava como o ponto terminal de uma cadeia de comunicação, acaba por se revelar uma forma vazia e aberta

a diferentes descodificações. Consciente da precariedade que envolve a decifração do sentido de uma mensagem, Eco levanta uma última possibilidade: do ponto de vista dos significantes, existe, na mensagem, uma lógica interior, uma constituição interamente definida. Assim, é provável que esta integridade precisa dos significantes possa orientar, de alguma forma, a interpretação da mensagem.

Conclui que os juízos — o fatural, o semiótico e o metasemiótico — são os únicos pressupostos que podem orientar a mensagem, a fim de que ela se reduza e as suas possibilidades, a uma mensagem-sentido. O juízo fatural se perfaz como a criatividade permitida pelo código, sendo um juízo assumido como verdadeiro, independentemente de sua comprovação real. Diferentemente, o juízo semiótico não se distancia da convenção, dizendo só aquilo que o código prevê.

Se no dia 5 de maio de 1821, o enunciado “Napoleão morreu em Santa Helena” constituía um juízo fatural, hoje, o mesmo enunciado, pelo fato de a convenção ter anexado este dado à arvore semântica “Napoleão”, constitui um juízo semiótico.

Por outro lado, o juízo metasemiótico — aquele da poesia e da ciência — resiste à aquisição porque questiona a legitimidade do código, promovendo uma revisão dos subcódigos conotativos. É justamente aqui que se insere a questão da metáfora em geral, pois se faz necessário observar como ela segmenta diferentemente a substância do conteúdo.

Considerando a contribuição de Jakobson, Eco afirma que “toda metáfora pode ser reduzida a uma cadeia subjacente de campos metonímicos, que constituem a ossatura mesma do código e pelas quais se rege a constituição de todo campo semântico parcial ou (em teoria) “global” (p. 78). Em *Finnegans Wake*, ele encontra um repositório metafórico bastante fértil à exploração e daqui elege algumas amostras.

O “pun” de Joyce é constituído por uma “contiguidade coacta”, uma espécie de elo que comprime duas ou mais palavras através de aliterações recíprocas, oferecendo como resultando uma deformação ambígua. A originalidade do “pun” reside na decisão de curto circuito entre os estilhaços dos signos e no fato de que as semelhanças articuladas, apesar de já se encontrarem culturalizadas, nunca terem sido surpreendidas antes.

Tomando a metáfora “Minucius Mandrake”, Eco observa que nela existe uma referência a “Minicius Felix” — autor de *Octavius*, advogado e persuasivo padre apologista — e outra a “Mandrake”, do mundo dos *comic strips* — mágico persuasivo e mestre em artifícios diabólicos. A fim de explicar a rede metonímica que se instaura subjacente à substituição metafórica, mostra que “Minucius” remete, por contiguidade, a “Felix” e “Felix” — o gato Felix das histórias em quadrinhos — remete, por contigui-

dade, a “Mandrake”. Deste modo, o termo médio “Felix”, que se acha ausente na metáfora, promove um emparelhamento que, aparentemente, não se justifica por nenhuma contiguidade. O importante é que as metonímias submersas não se explicam por meio de uma semelhança nativa, mas sim por meio de uma convenção cultural.

Eco comenta a metáfora usual, a feia, a disparatada, e se dirige à conceituação da metáfora estética. Segundo ele, a metáfora estética é bela porque prefigura uma necessidade semântica que se encontra oculta, ligando o veículo ao teor. Por esta razão, outra necessidade — a rítmico-fonética — insinua, na ordem dos significantes, a existência de uma relação no nível da forma do conteúdo.

Se, como juízo metassemiótico, a metáfora poética obtém valor subversivo pelo questionamento do código, e, por meio dessa operação, ela se torna criativa, é necessário que o próprio código ofereça certas zonas de permeabilidade, propiciando contradições onde ela possa se apoiar.

Por causa da arbitrariedade fundamental do código, no plano da expressão existem relações não unívocas entre sistemas significantes e sistemas significados, que são abertas a diversos deslizamentos. Assim, um significante pode ser utilizado a fim de indicar um significado que não é o seu.

As transformações efetuadas no plano da expressão repercutem no plano do conteúdo pois, transferindo-se a outro campo semântico um significado pertencente a um campo determinado, a relação entre os dois campos não se distende, mas, ao contrário, se conserva. Deste modo, a coligação estabelecida entre os campos tornará possível, no plano do conteúdo, contaminar um semema com semas contraditórios. De onde se conclui que “para que o Sistema Global possa produzir enunciados criativos, cumpre que ele seja contraditório e que não exista uma forma do conteúdo, mas formas do conteúdo” (p. 102).

Vimos, assim, que partindo das três hipóteses de orientação da mensagem, Eco encontra no juízo metassemiótico — no seu grau de metáfora estética — o germen de ebulição e de criatividade linguística. E na parábola que serve de ilustração à teoria desenvolvida, ele manipula, um a um, os resultados obtidos, provando a viabilidade destes no que se refere à formação de uma língua edênica. Eco vê na interdição de Deus, uma imprudência, que serviu de mola propulsora à expansão do código exíguo de Adão e Eva. E, conclui observando que, se fosse possível prosseguir seu discurso, certamente encontraria a existência de um erro primário nas raízes da criatividade humana, nas raízes da contraditoriedade do código. Esse erro seria “o aparecimento casual do homem na terra e sua necessidade de realizar-se assumindo a contradição como mola da história e não como pecado original a ser pago na desesperação” (p. 106).

Resta-nos, portanto, agradecer, em nome de toda a criatividade humana — desde Adão e Eva até Eco — a imprudência de Deus: ele devia saber que somente através da proibição pode nascer a cultura.

Maria Lúcia Dal Farra